



2ª Licenciatura em  
Educação Especial

# **Planejamento Educacional Individualizado I**

## **elaboração e avaliação**

Jéssica Rodrigues Santos  
Gustavo Martins Piccolo  
Carla Ariela Rios Vilaronga  
Enicéia Gonçalves Mendes





PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
INDIVIDUALIZADO I  
elaboração e avaliação



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

**Reitora**

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

**Vice-Reitora**

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

**Diretor**

Nassim Chamel Elias

**Editores executivos**

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

**Conselho editorial**

Adriana Garcia Gonçalves

Carolina Severino Lopes da Costa

Clarissa Bengtson

Gerusa Ferreira Lourenço

Juliane Ap. de Paula Perez Campos

Marcia Duarte Galvani

Mariana Cristina Pedrino

Nassim Chamel Elias (Presidente)

Rosimeire Maria Orlando

Vanessa Cristina Paulino

Vanessa Regina de Oliveira Martins



CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Universidade Aberta do Brasil



Coleção: Segunda Licenciatura em Educação Especial

Coordenação: Rosimeire Maria Orlando

# PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO I

elaboração e avaliação

Jéssica Rodrigues Santos  
Gustavo Martins Piccolo  
Carla Ariela Rios Vilaronga  
Enicéia Gonçalves Mendes



**EDESP-UFSCar**

São Carlos, 2022

© 2022, dos autores

**Projeto gráfico e capa**

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

**Preparação e revisão de texto**

Paula Sayuri Yanagiwara

**Editoração eletrônica**

Bruno Prado Santos

P712p

Planejamento Educacional Individualizado I : elaboração e avaliação / Jéssica Rodrigues Santos ... [et al.]. -- Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2022.  
32 p.

ISBN: 978-65-89874-27-0

1. Planejamento educacional. 2. Educação especial. 3. Avaliação. I. Título.

CDD: 371.207 (20º)

CDU: 378.145

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Mensagem aos estudantes.....   | 7  |
| Introdução às unidades.....  | 9  |
| 1 Planejamento Educacional Individualizado (PEI): conceitos e tipos..... | 15 |
| 2 Etapas e processos para elaboração do PEI.....                         | 21 |
| Síntese e apontamentos futuros.....                                      | 27 |
| Indicação de materiais para estudos complementares.....                  | 33 |
| Referências.....   | 35 |
| Súmulas curriculares.....  | 37 |



# Mensagem aos estudantes

Nesta disciplina apresentaremos os fundamentos do Planejamento Educacional Individualizado, concentrando nossas atenções sobre os processos de elaboração e avaliação deste. O Planejamento Educacional Individualizado é uma prática educacional capaz de promover contínuas e importantes transformações educacionais geradoras de impacto positivo em todas as relações que compreendem o universo escolar, desde a estrutura física até as relações sociais e didáticas propriamente ditas, uma vez que parte do suposto de uma avaliação ampla que considera uma multiplicidade de instâncias interatuantes no processo de aprendizagem do estudante, inclusive o meio externo. Trata-se de vertente pouco desenvolvida em terras brasileiras, sendo esporadicamente utilizada por aqui, ainda que em países como Estados Unidos, França, Itália e Espanha possuam larga margem de aplicabilidade e relativo tempo histórico de maturação enquanto ferramenta condutora das complexas relações que envolvem ensino e aprendizagem ao público-alvo da educação escolar (PAEE). Neste primeiro contato introdutório, esperamos que o caminhar por essa vertente seja prazeroso, gerador de dúvidas e questionamentos e promova a transformação e um repensar das práticas pedagógicas.



# Introdução às unidades

Quando falamos em Planejamento Educacional Individualizado, a primeira ideia que aparece em nossa mente diz respeito à construção de um instrumento privativo e próprio, feito para determinado estudante – uma espécie de projeto particularizado que tem na educação seu componente angular e que se desenlaça tal qual bússola orientadora dos passos que o estudante dará sobre a longa jornada em que consiste seu processo de escolarização.

Inegavelmente, tal intuição compõe parte daquilo que exprime a ideia inaugural do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), mas está longe de esgotá-lo enquanto composto situado histórica e coletivamente e que se amarra aos supostos da inclusão.

É somente a partir da pressão exercida por movimentos inclusivos, os quais entoaram seus brados após a segunda metade do século XX, que podemos compreender o PEI em sua genealogia histórica. Ao tomar como gramática moral que pessoas com deficiência deveriam frequentar todos os espaços públicos e em relação sinonímica aos seus pares, no que diz respeito ao resultado do produto objetivado, inúmeras práticas se estruturaram no universo escolar com intuito de possibilitar aos mais diversos estudantes a apropriação dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, uma vez que tal ato é fundamental ao desenvolvimento individual como um todo e fomentadora daquilo que nominamos como processo de humanização.

A abertura dos muros escolares aos mais diversos sujeitos destacou tarefas desafiadoras aos professores das salas de aula regulares, os quais não se mostravam preparados para atender diversas questões que, aparentemente, sobressaltavam a sua formação inicial. É fato que os cursos de formação por diversas vezes anuviavam relações e conhecimentos vinculados à categoria deficiência, assim como em relação a outros grupos minoritários, o que aumenta a sensação de insegurança quando em contato com tais temáticas.

No caso das pessoas com deficiência, que foram as últimas a adentrarem o terreno do ensino regular, tal impressão pode levar à resignação perante o estudante, quando não a uma recusa camuflada, materializando aquilo que Bourdieu define como os excluídos de dentro, uma feliz analogia utilizada pelo francês no sentido de traçar o quadro mental daqueles que se encontram em dado espaço, todavia, não fazem parte deste.

Destacada correspondência diagnóstica com precisão um dos maiores desafios no que tange ao universo das relações de ensino-aprendizagem compreendidas quanto aos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE). Não basta somente estar presente fisicamente em dado universo; se tomarmos a inclusão sob uma perspectiva robusta, é preciso ir além disso.

O passo adiante que destacamos como necessário não se resume a transformações urbanísticas e arquitetônicas nas escolas, tais como a instalação de rampas, banheiros adaptados, pisos táteis, portais e corredores mais largos. Ainda que imprescindível, tal composto é parte do conjunto de medidas necessárias no que atina à construção de uma sociedade inclusiva, portanto, acessível. Para além dos mecanismos apontados, resta como necessário visualizarmos as transformações necessárias como relacionadas também às questões atitudinais, ao preconceito e ao rompimento de barreiras pedagógicas e comunicativas. Destacadas mudanças constituem-se como fundamentos para que os estudantes com deficiência possam, no caso escolar, acessar o currículo e se apropriar dos conhecimentos elencados em um recorte datado.

Se a educação consiste, como nos alerta Saviani (2003), no ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade projetada histórica e coletivamente, inegavelmente somente podemos falar em educação inclusiva quando esta se atrela a esse princípio e toma a apropriação de conhecimentos como parte de sua razão de ser.

O vocábulo especial contido na sentença “Educação Especial” somente ganha sentido se o tomarmos sob a perspectiva do adjetivo que complementa o substantivo “educação”. Foi exatamente sob essa lógica que a Educação Especial foi tomada como uma modalidade da educação regular, e não como um sistema paralelo. Por se tratar de modalidade, deve manter como norte os objetivos educacionais já estabelecidos nos sistemas regulares de ensino. Se o objetivo reside na apropriação do currículo comum, como o é invariavelmente, a Educação Especial não pode escapar desse terreno que a circunscreve.

Mas como atingir tais objetivos com alunos tão diferentes? A experiência mostra-nos que tal cenário não ocorre de maneira espontânea ou natural. É preciso uma longa transformação da instituição e também da prática docente, enfim, outro enquadramento nas relações com os alunos e alunas.

Novas práticas e ferramentas, nas palavras de Costa (2016), mostram-se como grandes aliadas a fim de transformar o trabalho pedagógico na escola contemporânea, buscando atender as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Dentre essas práticas podemos citar a Comunicação Alternativa e Suplementar, o Desenho Universal da Aprendizagem, o Ensino Diferenciado, o Ensino Colaborativo, o Planejamento Educacional Individualizado, entre outros. O conjunto desses elementos permite-nos pensar em uma série de adequações curriculares que objetivem, ao final, a apropriação daquilo que foi projetado ordinariamente aos outros estudantes.

Para Costa (2016), o PEI vem colaborar de maneira concreta para o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes, de forma contextualizada com os objetivos e com a proposta curricular que será desenvolvida para toda a turma, devendo ser periodicamente avaliado e revisado, considerando o aluno/aluna em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos.

Considerando tais apontamentos, Glat e Pletsch (2013) entendem o PEI como uma alternativa promissora no que tange à consecução de um apoio à construção de ambiente escolar efetivamente inclusivo, na medida em que oferece parâmetros mais claros a serem atingidos com cada aluno/aluna, sem negar os objetivos gerais colocados pelas propostas curriculares, auxiliando os docentes na elaboração e no planejamento de estratégias pedagógicas.

O apoio conferido aos professores seguramente é dos elementos mais importantes quando nos referimos à adoção do PEI em sala de aula, uma vez que, ao ser utilizado com critério e a partir de uma equipe multidisciplinar, pode servir como uma espécie de farol a guiar os professores em caminhos revoltos e sombreados. Não estamos com isso querendo destacar que o PEI pode tornar o ato educativo sistematizado mais fácil e simples. Ledo e duplo engano. Contudo, asseveramos que ele, ao indicar pontos de partida e braços de apoio, fornece um anteparo que permite aos professores desenvolverem atividades inovadoras com menos receio.

Claro que haverá contratempos e necessidade de revisão de estratégias e das ações adotadas. Ora, mas a atividade docente é mutante por natureza. Inexiste uma fórmula que pode ser aplicada a qualquer tempo e espaço. Se assim o for, tenhamos a certeza que seguramente não estamos falando de ensino, mas de dogma.

As transformações do mundo obrigam-nos a mudar, de forma que possamos acessar os mais diversos espaços e, no caso escolar, possibilitar a todos os estudantes a apropriação dos conhecimentos esperados em cada determinado estágio de desenvolvimento. O PEI é um desses mecanismos que auxiliam na mudança necessária, mas oferecendo suporte para que a aventura não seja tão desconhecida.

Ao conhecer o local de partida fica mais fácil tracejarmos possibilidades de avanço que sejam realistas, mas inadvertidamente progressivas. Nesse sentido, não é de se estranhar que a principal ferramenta do PEI seja justamente a avaliação, pois esta permite situar os alunos e alunas historicamente no que diz respeito aos saberes que já fazem parte de seu patrimônio individual; outrossim, ela auxilia na identificação das mudanças necessárias na transformação do meio ambiente. Assim, a avaliação de que aqui trataremos não pode ser visualizada sob um prisma burocrático e formalista, muito pelo contrário, é instrumento vivo que ao investigar o aluno também analisa o entorno e a própria atividade docente.

Todos necessitamos ser avaliados constantemente. Não pelo fato de nossa prática estar sob suspeita ou desconfiança, mas, sim, para que possamos conhecer as mudanças que devem ser operadas em cada uma das dimensões consideradas. Urge nos despirmos da falsa ideia da avaliação como sentença destinada a uma etapa finalística ou punitiva. Aqueles que assim o agem perdem de vista o elemento mais profícuo das atividades avaliativas, a busca pela melhora incessante das práticas e daquilo que nossos sujeitos dominam.

Quando assim nos comportamos, perceberemos que as avaliações bimestrais, semestrais ou anuais, ainda que guardem sua importância, somente se justificam quando vinculadas a outras avaliações constantes que permitem visualizar as etapas do processo formativo, e não somente seu produto final.

Avaliar em ciclos finalísticos não contribui para a elucidação das causas de determinados comportamentos ou expectativas frustradas, somente revelando suas consequências. O ensino, por ser atividade transversal na vida

dos seres humanos e que interferirá em toda e qualquer etapa de nossa existência, carece de ser desdobrado em sua complexidade constitutiva, da qual a avaliação é parte angular. Nesse sentido, a avaliação deve ter uma orientação pedagógica, e não somente diagnóstica, sendo essencial na Educação Especial e em todo o ensino escolarizado, posto que garanta o direito à educação devida.

Quando tal avaliação está ancorada na perspectiva aberta pelo PEI, temos, nas palavras de Costa (2016), a quebra da gramática normativa padronizada de alguns comportamentos, auxiliando a apropriação do currículo oficial por vias colaterais e compensatórias, especificando e estruturando o tipo de atividade e qual apoio profissional é conveniente para uma criança em situação de deficiência, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem. Esse é o grande desafio das escolas inclusivas e para o qual o PEI contribui de maneira sobeja e reveladora.



# Planejamento Educacional Individualizado (PEI): conceito e tipos

O Brasil, ao longo da história, desenvolveu ações voltadas para a Educação Especial sob um forte viés médico-terapêutico, ligado diretamente à filantropia. Após movimentos sociais e políticos, o país tem desenvolvido legislações que legitimam o direito ao acesso e à participação de todos.

Entre os marcos legais em prol da inclusão escolar, podem-se destacar: o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1989), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção de Guatemala (OEA, 1999), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica de 2001 (BRASIL, 2001), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI/2008 (BRASIL, 2008), o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) e a Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), ao abordar a questão da inclusão escolar, ressalta que os serviços pedagógicos oferecidos aos estudantes PAEE devem envolver todo o sistema de ensino em prol do pleno desenvolvimento da aprendizagem e autonomia desses estudantes.

Zerbato e Mendes (2021) esclarece que dentro do grupo dos estudantes PAEE há uma diversidade de tipos de deficiência e condições individuais que podem refletir no processo de aprendizagem do estudante PAEE, portanto, as demandas de serviços são múltiplas. Todavia, quando se melhora a qualidade da educação na classe comum por meio de estratégias de ensino universais, como a implementação do Coensino, a prática docente sob o viés do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), a Aprendizagem Cooperativa e o Ensino Diferenciado, as demandas de boa parte dos estudantes desse público conseguem ser supridas.

Ao que se refere ao acesso ao currículo padrão, os estudantes com deficiência intelectual são os que enfrentam maiores desafios no contexto da classe comum, porém, ainda assim, cerca de 80% deles conseguem se beneficiar das estratégias universais de ensino em classe comum, como explicam Zerbato e Mendes (2021). No quadro a seguir, sintetiza-se essa caracterização.

**Quadro 1** Características de pessoas com deficiência intelectual com demandas de suporte leve, moderada, severa e profunda.

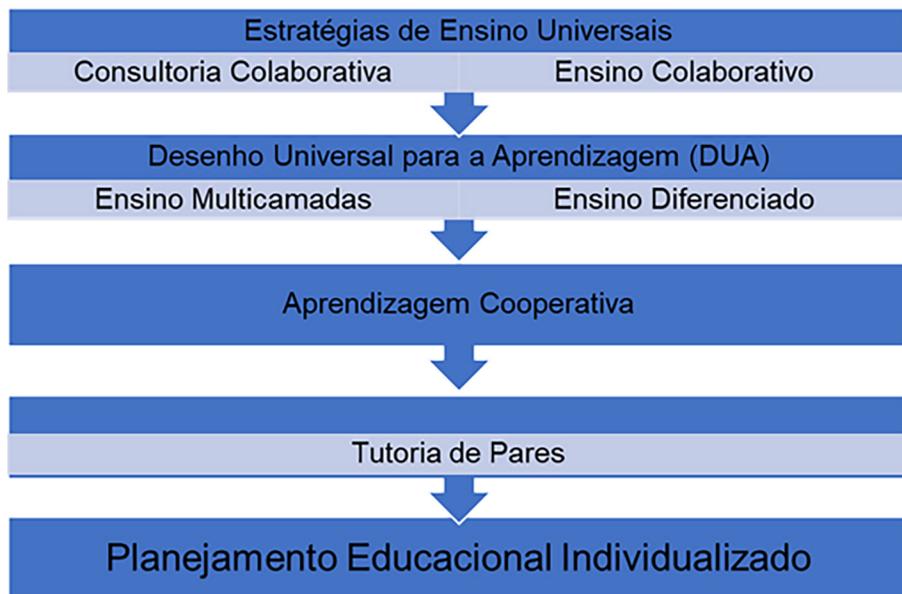
| Deficiência Intelectual considerado leve – 80%  | Deficiência Intelectual moderada – 15%   | Deficiência Intelectual severa e profunda – 5%  |
|---|--|---|
| Grupo 1   | Grupo 2  | Grupo 3 e 4   |
| Suas condições não são passíveis de explicação por causas orgânicas, eles não apresentam sinais ou estigmas evidentes, são majoritariamente provenientes de lares de nível socioeconômico baixo e, geralmente, são identificados apenas quando ingressam na escola, por apresentarem dificuldades na aquisição da leitura e da escrita e em matemática básica. São aqueles mais prováveis de serem encontrados em escolas comuns. | Apresentam indicadores de patologia presente ou passada, como lesões, disfunções orgânicas comprovadas ou síndromes. São casos provenientes de lares de todos os níveis socioeconômicos, apresentam histórico de atraso no desenvolvimento desde o nascimento, estigmas físicos mais diferenciados facilmente reconhecíveis e outros impedimentos associados. Têm necessidades educacionais que não se restringem apenas ao domínio escolar, mas também a habilidades de independência pessoal e social. | Possuem condições passíveis de explicação por determinantes orgânicos. Eles também podem vir de lares de qualquer nível socioeconômico, apresentam histórico de acentuado atraso no desenvolvimento desde o nascimento, são facilmente identificados em função de estigmas físicos mais demarcados, apresentam associações de impedimentos (motores, visuais, auditivos, de comunicação) e requerem suporte intensivo em todos os domínios. |

Fonte: Zerbato e Mendes (2021, p. 25).

Zerbato e Mendes (2021) esclarece ainda que o que difere os dois últimos grupos (3 e 4) é a intensidade, frequência e abrangência dos suportes, e algumas vezes esses suportes extrapolam as demandas educacionais e perpassam as áreas da saúde e da assistência social.

A literatura aponta que, quando as estratégias de ensino universais em sala de aula comum não são suficientes para assegurar a aprendizagem do estudante PAEE, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) tem sido um

forte aliado para oportunizar o acesso ao currículo padrão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, em casos extremamente necessários, norteia as escolhas para um currículo específico. Portanto, nos casos em que, mesmo se fazendo uso das estratégias universais de ensino, o estudante PAEE ainda apresenta dificuldades para aprender o currículo padrão, esse estudante possivelmente será elegível para ter um PEI.



**Figura 1** Estratégias de ensino até chegar ao Planejamento Educacional Individualizado.

Fonte: elaboração própria.

A ausência de regulamentação específica voltada ao planejamento para os estudantes PAEE, no Brasil, possibilita o surgimento de diferentes concepções e nomenclaturas, como: Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Plano de Atendimento Individualizado (PAI), Plano de Atendimento Educacional Especializado (Plano de AEE), Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI) e Planejamento Educacional Individualizado (PEI).

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) foi um dos primeiros modelos de plano voltado ao serviço de Educação Especial. Ele surgiu no início dos anos 2000, e sua elaboração era de responsabilidade do professor de AEE e do coordenador pedagógico. O PDI era composto de duas partes: I – informações e avaliação do aluno; e II – plano pedagógico especializado (POKER *et al.*, 2013).

O Plano de Atendimento Individualizado (PAI) foi a nomenclatura adotada pelo estado de São Paulo e foi definido como “um instrumento para definição de metas e estratégias para atendimento dos alunos, a partir do processo inicial de avaliação, e deve nortear as ações de acesso e de habilidades na Sala de Recursos” (SÃO PAULO, 2015).

O Plano de AEE foi divulgado nacionalmente pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que instituiu as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Especial. Esse plano não difere do PDI e do PAI, pois tem sua elaboração realizada pelo professor de AEE e sua implementação na SRM.

O Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI), desenvolvido em escolas especiais por Vianna, Silva e Siqueira (2011), levantava dados sobre o estudante, e o conteúdo do plano envolvia: capacidades e interesses a serem desenvolvidos (O que sabe? Do que gosta?); necessidades e prioridades (O que aprender/ensinar?); metas e prazos para a realização e intervenção (Em quanto tempo?); recursos a serem utilizados (O que usar para ensinar? Como?); e profissionais envolvidos na aplicação da proposta (Quem?).

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é um processo de planejamento culminante em um documento que norteia o percurso necessário e os suportes a serem oferecidos aos estudantes PAEE. Ele descreve as habilidades e necessidades do estudante, define prazos e metas a serem alcançadas e estabelece os profissionais responsáveis por sua elaboração e execução (TANNÚS-VALADÃO, 2011). Entre os diferenciais do PEI, destacam-se sua elaboração coletiva, seu potencial de empoderamento ao estudante PAEE, seu campo de desenvolvimento amplo e o fato de sua implementação não ocorrer exclusivamente na SRM.

A literatura apresenta dois tipos de planejamento individualizado, o centrado no serviço/instituição e o centrado na pessoa. Para Keyes e Owens-Johnson (2003), o planejamento centrado no serviço/instituição é conduzido por profissionais que, na maioria das vezes, consideram o ato de planejar como um mal necessário e, por isso, o fazem somente por questões burocráticas, deixando de lado o seu principal foco, que seria o desenvolvimento da aprendizagem e autonomia do estudante PAEE e de sua família. Já o planejamento centrado na pessoa é realizado por um grupo de pessoas, incluindo o estudante PAEE e sua família, por meio de um processo reflexivo pautado em avaliações formais e informais, oportunizando que todas as

contribuições sejam valoradas e pautadas nas necessidades individuais do sujeito. O planejamento é feito de forma criativa, almejando o empoderamento do indivíduo.

O PEI centrado no indivíduo é um documento que deve conter quais tipos de serviços, recursos humanos, acessibilidade, objetivos, suportes e avaliações o estudante PAEE necessita para obter sucesso em seu processo de escolarização. Tannús-Valadão e Mendes (2018) acrescentam que o PEI também pode ser definido como:

- um registro das diferenciações individualizadas que serão necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem para ele estipuladas;
- um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno, o currículo padrão e a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso necessário;
- um registro dos conhecimentos e das habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos, se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante;
- um instrumento que permite prestar contas para o aluno, para seus pais e/ou representantes legais e para todos aqueles que têm responsabilidades para que os objetivos da educação sejam cumpridos (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018, p. 11).

O PEI é um documento a ser elaborado em equipe, formada por profissionais especialistas, além do professor da Educação Especial. Entende-se como profissionais especialistas aqueles que atuam com as áreas da: Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia, Fisioterapia, Assistência Social e demais profissionais de apoio. Amado e McBride (2001) ressaltam a importância do comprometimento da equipe de elaboração do PEI com aspectos como: as metas a serem estabelecidas; a não sobreposição de papéis por parte dos membros; o respeito entre os colaboradores; o compromisso da tomada de decisão baseada em fatos e discutidas por todos; e a eficiência das reuniões.

Pontua-se a importância da participação do estudante PAEE em todas as etapas de seu PEI. Autores como Vianna, Silva e Siqueira (2011), Pletsch e Glat (2012), Glat, Vianna e Redig (2012) pontuam que devem participar

da elaboração do PEI: os professores da classe comum que o estudante frequenta; o professor de Educação Especial; a equipe gestora da escola (direção e coordenação); os pais do estudante PAEE; e o próprio estudante quando possível.

Considera-se o PEI muito importante na tomada de decisão sobre quais recursos e estratégias de ensino utilizar, porém, ele não deve ser considerado o único viés capaz de garantir a inclusão escolar de estudantes PAEE. Sua elaboração é baseada em uma avaliação criteriosa acerca das potencialidades e necessidades desse estudante e elenca objetivos a curto, médio e longo prazos. O documento deve ser elaborado pela equipe escolar em colaboração com a família e o próprio estudante, após o processo de avaliação e as tomadas de decisões conjuntas nas reuniões. Falaremos sobre essas etapas com mais detalhes na Unidade 2.

## Etapas e processos para elaboração do PEI

Todos os estudantes PAEE possuem direito a ter um PEI, todavia, nem todos eles demandam um planejamento com essa complexidade. Parte significativa dos estudantes PAEE beneficia-se de intervenções de ordem mais universal no contexto da sala comum, como o Ensino Colaborativo, o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), a Aprendizagem Cooperativa e o Ensino Diferenciado. Estas são medidas eficazes para assegurar a participação e aprendizagem do currículo comum pelo estudante PAEE. Quando o estudante recebe esses serviços da Educação Especial de ordens mais universais e ainda assim demanda maior suporte para ter acesso ao currículo comum, ele é elegível para ter um PEI.

A elaboração do PEI requer algumas etapas, sendo a primeira delas o consentimento do estudante PAEE e/ou de seus responsáveis legais. Após o aceite por escrito, inicia-se o processo de avaliação para identificar se o estudante é ou não elegível para ter um PEI.

A avaliação para essa elegibilidade pode ser solicitada pela família de forma escrita à escola ou a família pode realizá-la por conta própria. Quando a solicitação partir da escola, os pais devem ser informados e decidem sobre a autorização para sua realização. Após a anuência, iniciam-se as etapas para realização da avaliação da elegibilidade ao PEI, e, sendo confirmada a necessidade, dá-se início à elaboração do PEI.

A literatura indica que o processo de avaliação para determinar se o estudante PAEE necessita de um PEI deve ser realizado em um prazo de até 60 dias a contar da data de solicitação pela família ou da autorização desta, quando a demanda partir da escola. A avaliação deve ser pautada na aplicação de testes que objetivem identificar aspectos relacionados à inteligência geral, à compreensão de leitura, ao estado psicológico, ao desenvolvimento social e a habilidades físicas e comportamentos que possam interferir na

aprendizagem. Além dos testes, a avaliação deve considerar relatórios de professores e pais, avaliações de especialista, laudo médico e relatórios emitidos anteriormente sobre o estudante (IDEA, 2004).

O processo de avaliação a ser realizado na construção do PEI não busca aferir conhecimentos para fins aprovativo e classificatório, oriundos das avaliações somativas. Ele deve priorizar a identificação de caminhos e estratégias ricamente descritas para a construção do conhecimento por parte dos estudantes PAEE, assemelhando-se ao que propõe a avaliação diagnóstica e formativa e buscando se pautar na identificação do que o estudante PAEE consegue realizar e, a partir disso, da melhor forma de potencializar e contribuir para que ele alcance novas habilidades (IDEA, 2004).

Para Israel et al. (2021), é importante realizar avaliações que compreendam a história de vida do estudante PAEE, a cultura de sua família e a forma como o estudante desenvolve o ensino e aprendizagem e tem acesso ao currículo padrão. As autoras ainda listaram alguns testes que podem ser utilizados no processo de avaliação do PEI, e a escolha do teste deve considerar aspectos como idade, contexto social, entre outros.

**Quadro 2** Exemplos de avaliação relacionada ao currículo.

| Título/Autor(es)   | Objetivo   | Público-alvo  |
|--|--|---|
| Instrumento de avaliação de repertório básico para a alfabetização/Sergio A. da S. Leite | Avaliar repertório básico para alfabetização                           | Pré-escolar e do primeiro ano do Ensino Fundamental |
| Testes ABC/M. B. Lourenço Filho  | Verificar maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita | A partir dos 5/6 anos                               |
| Método Horizontes/Neda Lian Branco Martins   | Medir de forma total os aspectos do desenvolvimento da alfabetização   | Crianças na faixa etária de 5 a 8 anos              |
| Teste de Desempenho Escolar/Lilian Stein   | Avaliar comportamento de leitura, escrita e aritmética                 | Estudantes do 1º ao 5º ano                          |

Quadro 2 Continuação...

| Título/Autor(es)  | Objetivo  | Público-alvo                                     |
|---|---|--|
| Provas Operatórias Piagetianas  | Avaliar raciocínio e construção de conhecimento de crianças na fase escolar. Investiga e avalia o nível cognitivo da criança e constata se este realmente corresponde a sua idade cronológica ou se existe alguma defasagem | 6 a 12 anos                                      |
| Procomle – Protocolo de avaliação da compreensão de leitura/Vera Lúcia Orlandi Cunha e Simone Aparecida Capellini | Avaliar interpretação de texto  | Estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental |

Fonte: Israel et al. (2021, p. 28).

Para Amado e McBride (2001), além do já pontuado, a elaboração do PEI deve levar em consideração pontos como a visão positiva dos dons e capacidades do estudante em questão, as suas preferências e interesses, questões críticas para a vida desse estudante – como saúde, segurança, assistência física, reputação e outros –, além da visão do estudante sobre o seu próprio futuro, considerando não somente o que é interessante para o sistema.

Tannús-Valadão (2011) afirma que a construção do PEI envolve uma linha do tempo que perpassa sete etapas: a) solicitação de avaliação para determinar se o estudante necessita do PEI; b) preparação da avaliação; c) realização da avaliação; d) preparação para reunião do PEI; e) realização da reunião; f) revisão e modificações do PEI; e g) aplicação e reavaliação periódica por meio de reuniões para avaliar e atualizar o plano.

Para fins ilustrativos, dividiu-se o processo de elaboração do PEI em duas grandes etapas demonstradas na imagem a seguir, sendo a primeira denominada de “Identificação”, quando serão coletadas informações do estudante; em seguida apresentam-se as “Etapas do PEI”, que mostram os passos percorridos, perpassando a avaliação, o desenvolvimento e a atualização do plano.

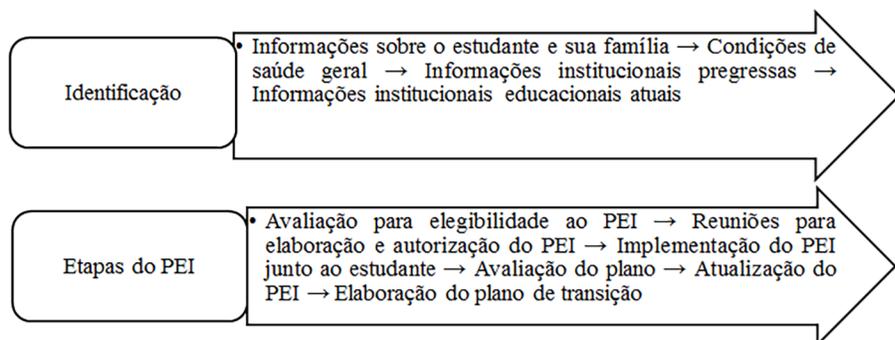


Figura 2 Identificação e etapas de elaboração do PEI.

Fonte: elaboração própria.

Cada etapa apresentada deve ser realizada de forma colaborativa, sendo o estudante PAEE o protagonista, sempre que possível. Sobre as reuniões para elaboração do PEI, Hawbaker (2007) apontou as vantagens de se construir um PEI a partir das deliberações do estudante foco do plano. A autora destaca a importância de se “decidir com o aluno que partes da reunião ele se sente confortável em assumir e incentivar fortemente a aumentar, ano após ano, a responsabilidade” (HAWBAKER, 2007, n. p., tradução nossa). Os resultados apontaram que estudantes que lideraram seus PEIs apresentaram mais empenho e compromisso para alcançar as metas propostas e considerável nível de autonomia para avaliar os próprios avanços.

Após a reunião, o PEI é sistematizado, e os pais, o próprio estudante e os demais profissionais envolvidos podem analisá-lo e, se concordarem com o que foi escrito no plano, assinar o documento, que passa a entrar em vigor logo em seguida. Caso algo não esteja de acordo com o combinado em reunião, o estudante e a família podem solicitar a modificação do PEI, e esse documento passará por uma reavaliação na data agendada.

Após aprovação do PEI, ele passa a ser executado por todos os envolvidos, e no plano devem conter todas as atividades desenvolvidas pelo estudante, com os respectivos objetivos e estratégias adotadas para o ensino e avaliação do conteúdo. Zerbato, Vilaronga e Santos (2021, p. 331) ressaltam que

É importante que essas adaptações do currículo estejam inseridas no PEI do estudante e nos documentos oficiais que regem o ensino da instituição, a fim de garantir estratégias que visam a permanência e a conclusão do curso por parte do estudante PAEE.

As atividades propostas no PEI devem ser avaliadas quanto aos avanços e desafios apresentados pelo estudante. De acordo com Israel *et al.* (2021, p. 37), “esta avaliação deve ser monitorada diariamente ou semanalmente. Por isso, a atualização de avaliação processual e portfólio para registro do objetivo é extremamente importante para futuras tomadas de decisões”. É importante esclarecer que o processo de avaliação dos objetivos do PEI em cada atividade deve ser contínuo e dinâmico, diferentemente da avaliação geral do plano.

De acordo com a legislação dos EUA, as famílias podem solicitar a revisão e adequação do PEI a qualquer tempo, e, mesmo que a família do estudante PAEE não solicite, o PEI precisa ser revisto anualmente. O PEI para estudantes do ensino infantil deve ser elaborado para os três anos referentes à etapa de ensino, no entanto, precisa ser reavaliado a cada seis meses.

Para que o PEI seja reavaliado é necessário que os profissionais e a família monitorem a aplicação desse plano junto ao estudante, para que possam deliberar se o planejamento, de fato, está oportunizando avanços no seu desenvolvimento educacional. Quando o estudante PAEE atinge os 14 anos, que no Brasil corresponde ao término do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio, é adicionado ao PEI um Plano de Transição.

O Plano de Transição visa preparar o estudante PAEE para a vida adulta, seja por meio do ingresso no Ensino Técnico, Tecnológico ou Superior, seja pela inserção no mercado de trabalho. Ele consiste na elaboração de objetivos e estratégias individuais e coletivas a curto, médio e longo prazos para que o estudante PAEE vivencie essa mudança de fase de forma planejada e mediada.

Em síntese, o PEI deve perpassar todas as etapas da escolarização do estudante, sendo a família e o próprio estudante, sempre que possível, os protagonistas desse processo. Esse planejamento pauta-se em avaliações em diversas áreas e preconiza a participação de todos que prestam algum serviço ao estudante PAEE, portanto, não é um documento a ser elaborado exclusivamente pelo professor de Educação Especial, e sim por todos os profissionais da escola, que devem se reunir para tomadas de decisões que oportunizem o acesso, participação e aprendizagem dos estudantes PAEE.



# Síntese e apontamentos futuros

Neste espaço buscaremos realizar uma síntese propositiva, a qual amarra os conteúdos anteriormente trabalhados e objetiva conferir apontamentos para futuros projetos que possam tomar a utilização do PEI como componente corriqueiro nas práticas pedagógicas escolares.

Como asseveramos em todo o presente texto, as políticas educacionais inclusivas têm destacado como necessárias diversas transformações nas práticas escolares, de forma que e possam atender a todos.

Todo e qualquer processo educativo tem por base tornar concreta a operacionalização das expectativas elevadas quando da entrada e permanência dos estudantes nos sistemas regulares de ensino. Independentemente da classe social, a sociedade vê na escola um dos palcos propícios de ascensão social, aliás, aquele que se mostra de maior perfusão nesse sentido, uma vez que esferas como a arte, o esporte, a música, entre outros, nem sempre são acessíveis a todos.

Mesmo com inúmeros problemas, o Brasil promoveu a universalização do acesso às unidades escolares. Tal contenda, que teve início na década de 1970, resultou na mudança do perfil social nacional, antes vinculado a outros derivativos. É evidente que com essa afirmação não estamos ressaltando que o sistema escolar cumpriu seu papel projetado desde o início. Não, não o fez. Todavia, parte da questão que nos angustiava, referente à existência de uma parcela significativa de crianças fora das escolas, é tema do passado, tal como apontam todos os indicadores do Inep (INEP, 2021).

Portanto, são falsos e deslocados os raciocínios que entendem que os sistemas escolares somente pioraram. Que existe uma lacuna no que diz respeito à questão da apropriação do saber sistematizado, por nós batizado como saber escolar, é inegável, e tal lacuna precisa ser tratada com a maior atenção possível. Todavia, isso não significa que seja necessário demonizar

tudo aquilo que ocorreu nos palcos escolares, raciocínio simplista que tem produzido como consequência o estabelecimento de um diálogo raso o qual pouco contribui para pensarmos na solução necessária para essa questão cardeal a qualquer sociedade que se preza como desenvolvida.

Tomando como base o grande desafio que nos circunvizinha no presente momento, o qual diz respeito ao fato de os estudantes muitas vezes passaram longos anos na escola e pouco reterem dos saberes curriculares ideados naquele estágio de desenvolvimento, elaboraremos as próximas linhas conferindo ao PEI papel de destaque, por entender que este se constitui como ferramenta que pode ajudar a reverter destacada situação.

Dito isso, importa ressaltar que, ainda que tenhamos no público-alvo da Educação Especial nosso público dileto, não podemos perder de vista que o problema de aprendizagem no Brasil vai muito além de um fragmento populacional específico. Tanto o é que não somente os alunos com deficiência não aprendem, mas também a imensa maioria da população. O recorte das relações ensino-aprendizagem em nosso país é mais denso e profundo do que o painel que algumas cabeças contrárias à inclusão escolar querem fazer transparecer.

Nesse sentido, a principal forma pela qual podemos combater tal situação principia pela produção de boas aulas a todos os alunos. Com isso, não estamos querendo relegar o problema única e exclusivamente à atuação docente, muito pelo contrário, pois sabemos que as questões educacionais, qualquer que seja o recorte analisado, perpassam e são influenciadas pela economia, cultura, estrutura escolar e o contexto em que tais práticas estão ladeadas.

Destarte, a atividade educativa é sumamente complexa e precisa ser tratada sob essa perspectiva. Todo e qualquer processo educativo sistematizado, como aponta Costa (2016), tem por base a supervisão e um ponto de partida relacionados ao enquadramento curricular comum a todos os alunos. Contudo, em muitos casos, é necessária a adaptação do currículo, não apenas para os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais (NEE) complexas, mas também para todos os outros alunos, e é a partir dessa constatação que se derivou uma série de ferramentas e práticas que objetivam diversificar o ensino.

A diversificação de que falamos não pode ser confundida com redução ou simplificação. Como já pontuamos anteriormente, falamos em diversificação de caminhos, mais que em diversificação de conteúdos, embora esta

também seja possível. Ao estruturar caminhos distintos, busca-se alcançar o mesmo objetivo comum previamente projetado. Nas palavras de Costa (2016, p. 60):

Novas práticas e recursos se tornaram grandes aliados para transformar o trabalho pedagógico da escola contemporânea, a fim de atender às especificidades apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, aproximando-se de um contexto menos homogêneo e tradicional. Acreditamos que a diferenciação pode auxiliar em todo este processo. Diferenciar é dispor-se a encontrar estratégias para trabalhar com os alunos mais diferentes. Se o arranjo habitual do espaço da sala não funciona com esses alunos, se os livros e os materiais didáticos não são adequados para eles, se, enfim, as atividades planejadas não os motivam, é preciso modificá-las, inventar novas formas, experimentar, assumir o risco de errar e dispor-se a corrigir.

A diferenciação pedagógica é adotada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que entende tal suposto como se desdobrando a partir da necessidade premente em rever as diversas dimensões que envolvem o currículo escolar, o que, por sua vez, exige planejamento e intervenções fundadas em avaliações educacionais sistematizadas sobre os processos de ensino e aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2018). A revisão das dimensões do currículo é tomada como meio, e não como fim da atividade educacional sistematizada, por isso, configura-se, preferencialmente, sobre as ferramentas e práticas utilizadas no acesso ao currículo escolar.

Essa necessidade é fundamental para estabelecer um campo comunicativo mais completo e possibilitar aos estudantes a apropriação, ainda que por vias colaterais, dos conhecimentos correspondentes àqueles projetados para seus pares.

Uma das ferramentas para isso, que tem produzido interessantes resultados, como já foi por nós aqui ressaltado, é o Planejamento Educacional Individualizado, o qual estabelece uma intervenção pedagógica apoiada e contextualizada, que permite tomar como possível o diálogo entre o geral e o específico, conferindo à Educação Especial o lugar de destaque que ela merece quando pensamos em uma sociedade inclusiva, qual seja: que ela materialize uma modalidade escolar vinculada ao contexto e às expectativas globais e que seja valorizada dadas as contribuições originais e o conjunto de saberes que a constituem enquanto campo histórico.

Mecanismos como o Ensino Colaborativo, o Planejamento Educacional Individualizado, a Comunicação Alternativa e Suplementar, o Desenho Universal da Aprendizagem, a Tecnologia Assistiva, entre outros, têm o condão de conferir visibilidade ao campo da Educação Especial e iluminar seus saberes para que sejam valorizados pela totalidade do sistema regular de ensino. Portanto, ainda que direcionada ao público-alvo da Educação Especial, a adequação de que falamos diz respeito à produção de novas práticas pedagógicas que geram inquietação e produzem novas maneiras de se relacionar com determinado saber.

Inegavelmente, o PEI colabora com essa nova maneira de visualizar o espaço escolar, o qual demarca os pontos de partida de cada estudante com os respectivos níveis de habilidade e caminhos por onde podem seguir no que diz respeito à promoção de níveis mais elevados de desenvolvimento, que, no caso humano, se mostra incrementado pela apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Ao questionar em que consiste o PEI, Tannús-Valadão (2011, p. 100) destaca que:

- a) O PEI é um plano escrito, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demandados por um estudante em particular, tomando como base uma avaliação aprofundada dos pontos fortes do aluno e de suas necessidades, que afetam a habilidade do aluno para aprender e para demonstrar a aprendizagem;
- b) O PEI é também um registro das acomodações individualizadas que são necessárias para ajudar o aluno a alcançar expectativas de aprendizagem;
- c) O PEI é um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno e o currículo padrão e a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso seja necessário;
- d) O PEI é um registro dos conhecimentos e habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante;
- e) O PEI é um instrumento que permite prestar contas para o aluno, para seus pais, e para todos que têm responsabilidades para que os objetivos da educação sejam cumpridos.

Ainda que não regulamentado explicitamente no ordenamento pátrio dos documentos educacionais, o PEI é tido como bastante promissor em uma série de países e, de certa forma, se encontra subliminarmente trabalhado em alguns espaços, como na Política Nacional de Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva, encontrando, portanto, guarida para sua utilização. De acordo com Tannús-Valadão (2011), sua ausência, inclusive, talvez explique alguns dos problemas da inclusão escolar relatados na literatura, tais como a indefinição na prescrição dos serviços de apoio especializado aos estudantes em situação de deficiência matriculados nas escolas regulares, a falta de avanço no percurso de escolarização, as dificuldades em definir os objetivos de ensino e em prescrever as acomodações necessárias etc.

Intimamente relacionado à avaliação, o PEI toma por bússola orientadora que nenhum estudante aprenda menos do que poderia se fosse corretamente estimulado, estímulo que envolve o preparo de aulas mais desafiadoras e criativas, a identificação do nível de desenvolvimento em que o aluno se encontra, objetivando trabalhar naquilo que foi corretamente nominado pela Psicologia Histórico-Cultural como Zona de Desenvolvimento Proximal, além de focar as mudanças necessárias no contexto educacional e na forma pela qual a instituição se relaciona com a comunidade. A maneira abrangente como se trata a avaliação no PEI seguramente é das principais contribuições que este apresenta ao cenário educacional, na medida em que alicerça um complexo avaliativo que abarca múltiplas dimensões que aterram a antiquada ideia da avaliação como lógica punitiva e finalística.

No PEI, a avaliação é condutora de aprendizagem, daí seu caráter progressivo, cumulativo e contínuo. Como pontua Tannús-Valadão (2011), as acomodações previstas de serem consubstanciadas no PEI visam a favorecer a acessibilidade física, o acesso ao material didático, a equipamentos adaptados e ao ambiente geral da escola, com a provisão de recursos humanos, tais como professor especializado, intérpretes das línguas de sinais e profissionais com a função de auxiliares de vida escolar.

Por todos esses elementos resta evidente que destacada prática possui a capacidade de sair do lugar comum e incrementar as práticas pedagógicas nos mais diversos contextos escolares. Na unidade vindoura iremos explorar mais detidamente como se formulam e se desenvolvem as atividades avaliativas sob a condução do Planejamento Educacional Individualizado.



# Indicação de materiais para estudos complementares

Algumas publicações e pesquisas sobre o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) estão on-line e são de fácil acesso. A seguir colocamos algumas sugestões para quem quiser se aprofundar no assunto.

## Artigos

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230076, 2018.

## Livros

ISRAEL, B. C. M. et al. *Proposta de consultoria colaborativa em inclusão escolar*. [S. l.]: Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais/Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, 2021.

POKER, R. B. et al. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_9\\_poker\\_v7.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.

## Dissertação

SANTOS, J. R. *Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros*. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/13112/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20J%C3%A9ssica%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20-%20corrigida%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 fev. 2022.

### **Vídeos na internet**

A Inclusão escolar e o Plano Educacional Individualizado (PEI): Educação Especial em pauta. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Cursos Uneac. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXLQ9g-rliQ&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

IX CBEE: CI04 – A importância do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) na educação especial. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Congresso Brasileiro de Educação Especial. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OM2l\\_61RaaU](https://www.youtube.com/watch?v=OM2l_61RaaU). Acesso em: 26 fev. 2022.

LIVE 3 – II Diálogos sobre Inclusão na Educação Profissional: experiências e perspectivas. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal IFSul Transmissões. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SkP6JjKsP4k&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

TUTORIAL para preenchimento do Anexo I – Avaliação Inicial. PCNP Educ. Especial, Lidiane Botteon. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Catanduva NIT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z9VQWLNfSi0&>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Tutorial para preenchimento do Anexo II – Plano de Atendimento Individual (PAI). PCNP Educ. Especial. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal Catanduva NIT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Mandsph1tM>. Acesso em: 26 fev. 2022.

## Referências

- AMADO, A. N.; MCBRIDE, M. *Increasing person-centered thinking: improving the quality of person-centered planning. A Manual for person-centered planning facilitators*. Minneapolis: University of Minnesota/Institute on Community Integration, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 12, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1920, 25 out. 1989.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão escolar da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 23 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/Seesp, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 out. 2009.
- BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- COSTA, E. *Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual*. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais/organização. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.
- HAWBAKER, B. W. Student-Led IEP Meetings: Planning and Implementation Strategies. *Teaching Exceptional Children Plus*, v. 3, n. 5, 2007. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ967458.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- IDEA. Individuals with Disabilities Education Act. *Education for persons with special educational needs act*. 2004. Disponível em: <https://sites.ed.gov/idea/>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2020*. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- ISRAEL, B. C. M. et al. *Proposta de consultoria colaborativa em inclusão escolar*. [S. l.]: Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais/Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, 2021. 120 p.
- KEYES, M. W.; OWENS-JOHNSON, L. Developing person-centered IEPs. *Intervention in school and clinic*, v. 38, n. 3, p. 145-152, jan. 2003.
- OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

POKER, R. B. et al. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_9\\_poker\\_v7.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf). Acesso em: 18 out. 2020

SÃO PAULO. Instrução CGEB, de 14 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a escolarização de alunos com deficiência intelectual (DI) da Rede Estadual de ensino de que trata a Resolução SE nº 61 /2014. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*: seção 1, São Paulo, p. 31-32, 15 jan. 2015. Disponível em: [http://cape.edunet.sp.gov.br/cape\\_arquivos/LegislacaoEstadual/Instrucoes/4\\_EdEspecial\\_instrucao\\_DI\\_15012015.pdf](http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/LegislacaoEstadual/Instrucoes/4_EdEspecial_instrucao_DI_15012015.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

TANNÚS-VALADÃO, G. *Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24782018000100261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782018000100261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 17 abr. 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem-Tailândia, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Incheon – Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. 2015. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em: 30 maio 2019.

VIANNA, M. M.; SILVA, E. da; SIQUEIRA, C. F. O. de. Plano Educacional Individualizado – Que ferramenta é esta? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2011. p. 2824-2835. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/968778/plano-educacional-individualizado-%E2%80%93-que-ferramenta-%C3%A9-esta%3F>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. *Educação e Pesquisa*, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0196, p. 319-336, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2022.

## Súmula curricular e fotografia



Carla Ariela Rios Vilaronga  
Pedagoga (Unesp), mestrado em Educação (Unesp), doutorado em Educação Especial (UFSCar).

Endereço para acessar o CV:

<http://lattes.cnpq.br/6536774151778096>

Contato: crios@ifsp.edu.br



Enicéia Gonçalves Mendes

Doutorado em Psicologia pelo IP-USP (1995), mestrado em Educação Especial na UFSCar, graduação em Psicologia na FCLRP-USP. Professora titular da UFSCar.

Endereço para acessar o CV:

<http://lattes.cnpq.br/3897627554738983>

Contato: eniceia.mendes@gmail.com



Gustavo Martins Piccolo

Doutor em Educação Especial e mestre em Educação pela UFSCar.

Endereço para acessar o CV:

<http://lattes.cnpq.br/0512045942434827>

Contato: gupiccolo@yahoo.com.br



Jéssica Rodrigues Santos

Professora de AEE pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão e pela Prefeitura Municipal de Caxias-MA. Mestre e doutoranda em Educação Especial pela UFSCar.

Endereço para acessar o CV:

<http://lattes.cnpq.br/4480385079062549>

Contato: jessicarodr.santos@gmail.com